

HABEAS CORPUS Nº 570.322 - PR (2020/0078895-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : SERGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA -
PR011078
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ROBSON HENRIQUE XAVIER (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PENAS DE RECLUSÃO E DETENÇÃO. PACIENTE EM REGIME FECHADO. UNIFICAÇÃO DE PENAS. IMPOSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO SIMULTÂNEA. Ordem concedida liminarmente nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Robson Henrique Xavier**, ante o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Paraná no Agravo em Execução n. 0003218-27.2019.8.16.0009, de seguinte ementa (fl. 22):

PROCESSO PENAL. RECURSO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO DA PENA. SENTENCIADO CONDENADO A PENAS DE RECLUSÃO E DE DETENÇÃO. DECISÃO DETERMINOU O SOMATÓRIO DAS REPRIMENDAS IMPOSTAS. INSURGÊNCIA DEFENSIVA QUE REPOUSA NA ALEGAÇÃO DE QUE PENAS DE RECLUSÃO E DETENÇÃO NÃO PODEM SER SOMADAS, DEVENDO SER EXECUTADA, PRIMEIRA E SEPARADAMENTE, A PENA MAIS GRAVE (DE RECLUSÃO). REPRIMENDAS DE MESMA NATUREZA (PRIVATIVAS DE LIBERDADE). DECRETO OBJURGADO QUE EFETUOU O SOMATÓRIO DAS PENAS PARA FINS DE ADEQUAÇÃO DO REGIME PRISIONAL. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 111 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. DECISÃO MANTIDA.

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Daí o presente *writ*, em que a defesa alega que o v. *acórdão ora impugnado encontra-se em flagrante confronto com o disposto nos artigos 69 e 76 do Código Penal, representando situação de flagrante ilegalidade* (fl. 4).

Afirma que *as sanções impostas ao recorrente são de natureza distintas, isto é, detenção e reclusão, respectivamente. Assim, mostra-se juridicamente inviável a simples junção de ambas as penas* (fl. 4).

Requer, ao final, seja concedida a ordem para reconhecer a inviabilidade de unificação das penas de detenção e reclusão, aplicadas ao paciente, sendo determinado inicialmente o cumprimento da pena de reclusão, com a suspensão da reprimenda de detenção até se mostrar viável o seu cumprimento.

É o relatório.

Da análise dos autos, verifico a existência de nítido constrangimento ilegal a ser sanado, o que autoriza a concessão da ordem *in limine*.

Isso porque a Sexta Turma desta Corte tem reiteradamente decidido que, no cálculo da liquidação das penas impostas, é imprescindível que seja observada a ordem de gravidade dos delitos, ressaltando-se a impossibilidade de unificação das penas de reclusão e detenção para determinar o regime de cumprimento de pena (HC n. 505.768/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 12/8/2019).

Confirmam-se, nesse sentido, os seguinte julgados:

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM REGIME FECHADO. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENAÇÃO A PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. INCOMPATIBILIDADE DE CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO DAS SANÇÕES PENAS. UNIFICAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. Inexiste constrangimento ilegal na decisão do Juízo das Execuções que converte a condenação definitiva à pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade, ao unificá-la com sanções penais anteriormente impostas, quando impossível o cumprimento simultâneo das reprimendas. Inteligência do art. 111, parágrafo único, da Lei de Execução Penal.

2. "Prevalece o entendimento de que o art. 76 do CP somente é aplicável ao concurso de infrações (art. 69 do CP) quando as penas privativas de liberdade são diferentes (detenção e reclusão)" (AgRg no HC 424.866/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 12/03/2018).

3. Ordem de habeas corpus denegada.

(HC n. 464.488/SP, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 12/12/2018)

EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DE PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE NAS MODALIDADES RECLUSÃO E DETENÇÃO. UNIFICAÇÃO. DESCABIMENTO. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a pena de reclusão, por ser mais grave, será cumprida em primeiro lugar e, posteriormente, a de detenção, não havendo falar em unificação de penas, diante da

Superior Tribunal de Justiça

impossibilidade de execução simultânea de duas modalidades distintas de penas privativas de liberdade.

2. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp n. 630.099/MT, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 19/6/2018)

Assim, inviável, em um primeiro momento, unificar as reprimendas do paciente, somente sendo possível executar a pena de detenção quando o apenado vier a progredir ao regime semiaberto.

À vista do exposto, **concedo liminarmente** a ordem para determinar que a pena de detenção imposta ao paciente fique sobrestada até que possa ser cumprida simultaneamente com a de reclusão.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator